



A PERCEÇÃO DOS GRADUANDOS DE FÍSICA SOBRE A INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Kamilla Fonseca Lemes¹
Thábio de Almeida Silva², Rodrigo França Carvalho³

¹IFMT / kamilla.lemes@cfs.ifmt.edu.br

²IFG / taskll_libras@hotmail.com

³IFG / hitoriarodrigof@gmail.com

Resumo:

Esta pesquisa traz à baila a importância em discutir a respeito da inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores. Entendemos que a melhor aceção da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura não reside apenas no ensino de vocabulário, mas, na sensibilização dos acadêmicos para as especificidades dos educandos surdos, pois é fato, que uma carga horária de 54 horas é um tempo incipiente para tornar o graduando fluente em língua de sinais. Neste trabalho, buscou-se investigar como se constrói a formação acadêmica dos graduandos de Física, no viés de compreender o sujeito surdo e quais as metodologias educacionais adequadas para sua promoção, frente à disciplina de Libras em uma instituição superior do interior do estado de Goiás. Os resultados foram obtidos através de um questionário semiestruturado destinado aos graduandos, subdividido em três temas. Os principais resultados compreendem as considerações destes graduandos acerca da obrigatoriedade da disciplina de Libras e sua carga horária; da importância da disciplina para sua formação docente e acerca das estratégias metodológicas mais relevantes para a inclusão do aluno surdo.

Palavras-chave: Formação de professores. Libras. Inclusão.

Introdução

Com o advento da *Educação para Todos*, enfatizada na Declaração de Salamanca (1994), a inclusão, tem por alvo ofertar um ensino de qualidade para todos os alunos assegurando-lhe seu direito de igualdade perante aos demais cidadãos e oportunizar a inclusão destes nas esferas sociais e educacionais, independente das diferenças ou deficiências apresentadas. Porém, pensar em uma educação de qualidade, sendo esta qualidade pautada em efetividade social, melhoria na aprendizagem dos alunos e ampliação das oportunidades, tem sido um grande desafio para as políticas e gestão de todo sistema educacional do país.

A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, bem como a partir do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 a Língua Brasileira de Sinais (Libras) passou a ser oficialmente reconhecida como meio de comunicação da comunidade surda no Brasil. Com base nesses dispositivos legais a Libras passou a ser alvo de uma série de políticas públicas com o objetivo de se consolidar como efetivo instrumento de inclusão dos surdos no país. No que se refere ao âmbito educacional a Língua Brasileira de Sinais passou a compor a matriz curricular dos cursos de formação de professores (SILVA, 2017).

Assim, está estabelecido no referido decreto, mais especificamente no artigo 3º, a obrigatoriedade quanto a inserção da disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia, Educação Especial, nas diversas Licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia, passando a ser obrigatória nestes cursos e eletivas para os cursos de bacharelado (BRASIL, 2005). No entanto, se tratando da disciplina nas diversas licenciaturas, não deixa de gerar polêmicas que conduzem a questões sobre como essa disciplina tem sido encarada, priorizando uma formação voltada para o aprendizado de vocabulário em Libras com intuito de tornar os licenciandos proficientes em Libras, visto que é um tempo incipiente para que isso ocorra. Esquecendo-se do ensino de questões metodológicas específicas para alunos surdos (SILVA, 2017).

É importante ressaltar que esse estudo é pautado principalmente a partir das pesquisas de Almeida (2012), o que torna essa autora a referência principal deste trabalho. Portanto diante dessas considerações, também buscamos verificar na perspectiva dos graduandos a avaliação de três aspectos na disciplina de Libras: obrigatoriedade e carga horária; a importância dela para formação docente e o conhecimento adquirido acerca das estratégias metodológicas para o atendimento de alunos surdos.

Fundamentação Teórica

Segundo Quadros (2005), a Libras é uma língua natural desenvolvida pela comunidade surda, cuja modalidade é espaço-visual, ou seja, a Libras utiliza: as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização. Diferente da modalidade oral-auditiva das pessoas ouvintes. Assim, é através da visão que o aluno surdo compreende os conteúdos, igual ao aluno ouvinte.

Sendo o sujeito surdo diferente do ouvinte em vários aspectos, como: Linguisticamente, culturalmente e historicamente, o ensino tem que contemplar segundo Antunes (2012),

[...] as especificidades dos educandos surdos exigem recursos visuais, uso da língua de sinais, estratégias de ensino da língua portuguesa como segunda língua, além de uma série de outras (re) formulações, inclusive sensibilidade do professor, para o (re) conhecimento das necessidades educativas dos sujeitos. (2012, p.13).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, art. 61) os profissionais da educação escolar devem ter uma formação sólida que lhes propicie conhecimentos científico e social de suas competências de trabalho. Assim, as especificidades do educando surdo legitimam a necessidade de se pensar em adaptações curriculares, como

também, o decreto 5626/05 onde o “professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos surdos” (Capítulo IV, art.14º).

Entretanto, por falta de conhecimento a maioria dos professores que não tiveram formação específica, em muitas situações veem o déficit de aprendizagem do aluno surdo como problema de ordem cognitiva e intelectual, sendo que na verdade, a maior causa desse déficit é o resultado de uma didática inadequada e até mesmo incoerente para com o aluno surdo em sala de aula (SILVA, 2017). Além de não contemplar em suas metodologias a percepção espaço-visual da pessoa surda, quase não utilizam recursos diferenciados para o ensino dos conteúdos, como datashow, retroprojetor, materiais pedagógicos, bem como não utilizam matérias visuais como mapas, tabelas, símbolos, desenhos, imagens, etc (SILVA, 2017). Sendo que estes recursos e materiais contribuem com aprendizado, por meio da visualização e manipulação.

Ramirez e Masutti (2009, p. 25-26) evidenciam o fato de que o fracasso escolar do educando surdo se relaciona com a inadequação da escola para atender as suas especificidades de aprendizagem, bem como à falta de fluência na língua de sinais, formação voltada para cultura oral-auditiva, língua natural diferenciada, e falta de conhecimento da cultura surda.

Tavares e Carvalho (2010) e Vitaliano, Dall’Acqua e Brochado (2010), reforçam que a maioria das escolas não estão preparadas para receber os alunos surdos, e que a educação carece de mudanças para atender estes sujeitos.

Assim, a formação de professores, na perspectiva de inclusão escolar de educandos surdos, precisa atentar ao ensino da língua, história e cultura dos surdos, de modo a adaptar suas aulas e proporcionar-lhes uma educação nos parâmetros da qualidade social (ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido, Brzezinski (2008) conceitua o termo qualidade social como sendo:

[...] fundamentada na concepção histórica-social e que tem como paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação [...] sendo o processo marcado pela complexidade do conhecimento, pela crítica, pela reflexão-ação, pela criatividade, pelo reconhecimento da identidade dos envolvidos nos processos e pelas relações estabelecidas na mediação entre formadores e aprendentes. (2008, p. 1141-1142).

Porém, a realidade está bem aquém do esperado e mesmo do proposto pelas políticas públicas atuais, especialmente no que se refere a garantir a qualidade social de educação.

Segundo Tavares e Carvalho (2010):

Percebe-se que em nosso país, entre os documentos que compõem o conjunto de leis

denominado Políticas Públicas e sua implementação, há um grande fosso. Com as políticas públicas educacionais na área de educação de Surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno Surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno Surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustiva, não têm tempo para buscar uma formação continuada na área (TAVARES; CARVALHO, 2010, p. 3-4).

Portanto, é diante de um cenário de tantas diversidades no ambiente escolar, que se torna necessário uma formação de professores aptos a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas para que o ensino seja garantido a todos na escola. A formação acadêmica constitui um grande desafio para as políticas públicas e para os profissionais da educação e investir tanto na formação inicial como continuada destes profissionais é algo fundamental para melhorar a qualidade da educação inclusiva no Brasil. Nesse sentido, Raimann (2014, p.1-8) argumenta já não ser possível pensarmos em formação inicial e continuada de professores sem a consideração da multiplicidade cultural [...], cabendo ao Estado a responsabilidade de estabelecer políticas públicas de educação que valorizem na sua raiz a diversidade de culturas no país.

É importante ressaltar que esse estudo é pautado principalmente a partir das pesquisas de Almeida (2012), o que torna essa autora a referência principal deste trabalho. Assim, para traçar um perfil da realidade de nossa região, estado de Goiás, dialogando com os resultados obtidos pela autora supracitada, e por fim tecendo uma leitura crítica a respeito dos percalços da inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores em todo o Brasil, adotamos a mesma linha de questionário, porém foi necessário fazer algumas alterações para que fosse adaptado a nossa realidade.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior do interior do Estado de Goiás, com graduandos de duas turmas do curso de Licenciatura em Física, no período noturno. Esta disciplina de Libras é dividida em duas, Libras I e Libras II, 4º e 5º período respectivamente, com carga horária de 27 horas, totalizando 54 horas no total.

A turma do 5º período estava em processo de conclusão da disciplina de Libras II, totalizando treze alunos matriculados e frequentes, já a turma do 4º período estava concluindo a disciplina de Libras I, ao qual totaliza dois alunos matriculados e frequentes. Vale ressaltar

que conteúdos como metodologia para o ensino de surdos está alocado somente no plano de estudo da disciplina de Libras II no 5º período.

Inicialmente foi solicitado ao docente das disciplinas de Libras um momento para que fosse realizada a coleta de dados por meio de aplicação de questionário semiestruturado com dez questões, porém não foi autorizado, devido à necessidade de o docente ter que cumprir os conteúdos propostos no plano de estudo e a proximidade do fechamento do semestre.

Assim, quinze questionários foram entregues ao docente da disciplina, e este, responsável por repassar aos graduandos, para que respondessem em outro momento. Do total dos questionários entregues, somente cinco graduandos responderam.

Resultados e Discussões

A apresentação dos dados e a respectiva análise das considerações dos graduandos acerca da obrigatoriedade da disciplina de Libras e sua carga horária foi feita com base nas categorias elencadas para este texto, como já anunciado anteriormente, quais sejam: obrigatoriedade e carga horária; a importância dela para formação docente e o conhecimento adquirido acerca das estratégias metodológicas para o atendimento de alunos surdos.

Os graduandos serão citados nas exposições dos resultados como A1, A2, A3, A4 e A5, com o intuito de preservar sua identidade.

Obrigatoriedade da disciplina de Libras no currículo do curso de Física e a carga horária

A questão sobre a obrigatoriedade da disciplina de Libras teve como objetivo analisar a aceitação da Lei 5626/05, que trata da obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura.

Do total de alunos que participaram da pesquisa, 80% concordaram com a obrigatoriedade da disciplina de Libras para seu curso, enquanto 20% discordaram dessa obrigatoriedade.

Todas as opiniões a favor da obrigatoriedade citaram que saber Libras é importante, pois facilita a comunicação com a pessoa surda. A opinião contrária quanto à obrigatoriedade da disciplina de Libras é justificada de acordo com o graduando, desta forma:

Não, a quantidade de alunos surdos por classe é muito pequena para que um professor seja obrigado a saber LIBRAS. Um intérprete por sala resolveria o problema. Se é obrigatório sabermos métodos de ensino para alunos surdos, deveríamos também, aprender métodos para

cegos e estudantes estrangeiros por exemplo. o que deixaria a grade curricular das licenciaturas muito carregada e fora do foco principal do curso. (A2)

Analisando a resposta contrária à obrigatoriedade da Libras, percebemos que o aluno tem a visão de se tornar fluente, o que de fato não é verdade, tal como contribui Botelho (2007 apud ALMEIDA, VITALIANO, 2012. p. 4) pois, o fato da disciplina de Libras ser obrigatória nos cursos de formação de professores pode ter confundido o aluno, e levado a entender que os professores precisarão conduzir suas aulas em Libras, o que é tecnicamente impossível, por se tratar de estruturas linguísticas totalmente distintas.

É verificada na resposta do mesmo graduando uma fala preconceituosa e estereotipada do sujeito surdo, ao se referir ao surdo como problema. Ressaltamos que o intérprete não é responsável pelo aluno em sala de aula e sim o professor regente. Segundo Quadros (2005), O intérprete é somente o intermediador da fala oral para a sinalizada e vice-versa, e que o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor.

Ainda nesta mesma resposta, é interessante observar quando o graduando relata que *se é obrigatório sabermos métodos de ensino para alunos surdos, deveríamos também, aprender métodos para cegos e estudantes estrangeiros por exemplo.* Ao analisar a grade curricular da disciplina de Libras, percebe-se que esta disciplina é a única que aborda a temática da inclusão. Isto comprova o despreparo de docentes para lidarem com a questão revelando os desafios postos aos cursos de formação de professores visando a diversidade, desta forma observamos que os instrumentos utilizados na disciplina de Libras não foram capazes de mudar a visão deste aluno a respeito da necessidade de se pensar no ensino voltado para alunos surdos.

Considerando a carga horária da disciplina, perguntamos aos alunos se ela é suficiente.

Verificamos que 100% dos alunos consideraram que a carga horária da disciplina de Libras é insuficiente, mesmo com dois semestres da referida disciplina. Os alunos ainda não se sentem preparados para atender os alunos surdos.

É notório que uma carga horária de apenas 54h, é tempo incipiente para tornar o licenciado fluente em Libras, e nem deve ser este o foco da disciplina. De acordo com Quadros e Campello (2010) a disciplina de Libras deve oferecer conhecimentos básicos. Visando o modelo educacional de inclusão é necessário formar professores de Física que tenham um domínio mínimo da Libras, bem como dominem metodologias de ensino-aprendizagem que contemple as especificidades do educando surdo.

Complementando tal pensamento, Tavares e Carvalho (2010) observam que:

Deste modo, é inegável o papel da disciplina de formar professores regentes que conheçam a surdez e suas especificidades, que envolvem questões linguísticas, culturais, cognitivas e pedagógicas, além de conhecimento, básicos da língua, considerando a importância de professores com formação adequada para o trabalho pedagógico, o qual possui como “condição básica, a comunicação” (TAVARES; CARVALHO, 2010, p. 8).

Portanto, professores capazes de estabelecer uma comunicação básica no ambiente escolar e conscientes das especificidades dos alunos surdos constrói caminhos profícuos para a aprendizagem e desenvolvimento destes.

Importância da disciplina de Libras na formação docente

Com o intuito de analisar a contribuição da disciplina de Libras para sua formação docente, perguntamos aos alunos como o ensino de Libras tem contribuído na sua formação.

Tendo em vista o total de alunos, 80% afirmaram que a disciplina de Libras acrescentou em sua formação e 20% afirmaram que a disciplina não tem ajudado na sua formação. Resta saber o que estes alunos pensam que deveria ser sua formação.

Entre os comentários é importante destacar que ainda há expressões inadequadas ou conceitos errôneos acerca da Língua de Sinais, como no comentário abaixo de A1.

Acho que a linguagem de sinais melhora o professor como profissional, uma vez que melhora a linguagem corporal que melhora o processo de ensino-aprendizagem para o ouvinte e o surdo. (A1)

Não, o tempo gasto com o curso de LIBRAS poderia ser utilizado para estudar matérias mais relevantes de física. (A2)

Sim. Por mais, que seja um ensino superficial no momento, nos prepara o básico do que podemos encontrar futuramente. Além, de termos em nosso currículo mais uma língua “estudada”. (A3)

Chama-nos a atenção, visto que estes acadêmicos tiveram dois semestres de formação acerca deste assunto, e ainda confundem os termos língua e linguagem, que, para Silva (2017), como em qualquer língua oral a Libras tem regras e estrutura gramatical própria, além de ser reconhecida pela Lei 10.436 como meio legal de comunicação e expressão.

Porém, ao perguntar se estão preparados para receber um aluno surdo em sala de aula, 60% responderam que não estão preparados, 20% parcialmente preparados e 20% afirmará estar preparados.

Dentre os comentários, destacamos os seguintes a este respeito:

Não por inteiro, irei está um pouco mais tranquilo, porém não preparado de verdade.

Pois, o aprendizado é pouco e estamos no início de uma alfabetização em libras. Além de que não colocamos ela em prática 100%. Com o tempo melhora, porém não para dar um suporte eficaz, sem a ajuda de um intérprete em sala de aula. (A3)

A resposta deste graduando oferece indícios, mais uma vez, de que precisaria ser fluente em Libras para atender os educandos surdos. Pensar desta forma é um equívoco do professor em formação, pois o aluno surdo tem assegurado pelo art.17 da Lei 10.098/00 e Decreto 5.626/05, a eliminação de barreira na comunicação com a presença de intérprete em sala de aula, porém não é função deste profissional a responsabilidade pelo ensino e sim do professor.

Concepção dos alunos acerca dos conteúdos e estratégias de ensino que favoreça a inclusão do aluno surdo

Em relação aos comentários sobre os conteúdos ensinados e as estratégias de ensino que contribua com a inclusão de alunos surdos, o mais relevante foi:

Uso de imagens durante a aula e explicação visual ou tátil do fenômeno a ser ensinado. (A2)

O graduando demonstra ter conhecimento acerca de uma aula voltada para educandos surdos, respeitando a percepção visual do surdo e até dos surdos-cegos, quando cita o termo tátil. É um bom sinal de que o objetivo da disciplina está sendo alcançado.

O conhecimento adquirido pelos docentes acerca destas estratégias de ensino irá permitir que os alunos surdos tenham o acesso ao conhecimento respeitando a modalidade linguística do aluno surdo e suas especificidades visuais. Quando o professor utiliza mais imagens e vídeos em suas aulas os alunos ouvintes também ganham com isto, a explicação fica mais clara para ambos.

Conforme Feliciano (2013, p.3574) “os alunos ouvintes também sentem dificuldades no momento de interpretação de um texto ou uma charge, não sendo próprio apenas do surdo esse obstáculo. Por isso que o recurso visual é importantíssimo na educação deste grupo.” Como Complementa Neiva (2002 apud FELICIANO, 2013), “a imagem é basicamente uma síntese que oferece traços, cores e outros elementos visuais em simultaneidade. Após contemplar a síntese é possível explorá-la aos poucos; só então emerge novamente a totalidade da imagem”.

Portanto, é necessário que os docentes planejem aulas pensando no aspecto visual de forma contextualizada. Sendo neste sentido que o ensino de surdos deve caminhar, oferecendo assim uma possibilidade infinita na compreensão dos conteúdos escolares de forma clara.

Considerações finais

Apesar de algumas pessoas serem resistentes à disciplina de Libras, é somente por meio da sua difusão e reconhecimento no ambiente escolar que a inclusão se tornará menos excludente, possibilitando condições para que o aluno surdo desenvolva as suas potencialidades.

A partir desta pesquisa, foi possível verificar que não está claro para os graduandos de Física que a inserção da Libras no currículo não tem o intuito de formar professores bilíngues. E mesmo que se sintam despreparados, demonstram ter conhecimento acerca de metodologias que também contemplem os educandos surdos.

Embora poucos alunos tenham participado da pesquisa, consideramos que o objetivo foi alcançado ao contribuir com questões relevantes a serem observadas nas ementas de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura e na reavaliação dos conteúdos semestralmente ministrados pelos docentes.

Referências

ALMEIDA, J. J. F. **Libras na Formação de Professores: Percepções dos Alunos e da Professora**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

_____.; VITALIANO, C. R. A Disciplina de Libras na Formação Inicial de Pedagogos: Experiência dos Graduandos. In: IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul. **Anais do IX ANPED SUL**, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2429/582>>. Acesso em: 03 de abril de 2017.

ANTUNES. A. L. **Perspectiva Intercultural e a Educação Inclusiva de Surdos. Campinas**. Palestra promovida no XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2002.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei no

10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2005.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com a mobilidade reduzida e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2000.

BRZEZINSKI, I. **Políticas Contemporâneas de Formação de Professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. Campinas: vol.29. n.105. Educação Sociologia, 2008. p. 1139-1166.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Espanha: Salamanca, 1994.

FELICIANO, S. V. L. et. al. O uso de recursos visuais no ensino de ciências humanas para o aluno surdo. In: **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. 2013. Curitiba. Anais do VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. Curitiba. 2013. p. 3569-3579.

QUADROS, R. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Programa nacional de apoio à educação de surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2005.

_____.; CAMPELLO, A. R. S. A Constituição Política, Social e Cultural da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. In: VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; LOPES, M. C. (Org.). **Educação de Surdos: Políticas, Língua de Sinais, Comunidade e Cultura Surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 15-47.

RAIMANN, A. **Formação de professores e elementos curriculares da formação**. In: TOZETTO, S.S, E LAROCCA, P. (Org) **Desafios da formação de professores: saberes, políticas e trabalho docente**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

RAMIREZ, A. R. G; MASUTTI, M. L. **A educação de surdos em uma perspectiva bilíngue: uma experiência de elaboração de softwares e suas implicações pedagógicas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

SILVA, T. A. **A disciplina de Libras na formação de professores**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Jataí. 2017.

TAVARES, I. M. S; CARVALHO, T. S. S. de. **Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (língua brasileira de sinais): do texto oficial ao contexto**. Anais da V EPEAL - Pesquisa em educação: Desenvolvimento, Ética e responsabilidade social. Maceió, 2010.

VITALIANO, C. R.; DALL' ACQUA, M. J. C.; BROCHADO, S. M. D. **Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina**. Londrina: EDUEL, 2010.